



MULHERES E ESPAÇOS POLÍTICOS

Jessica Ferreira Costa¹
Gustavo Wohlfahrt Bohnenberger²

Palavras chave: Estereótipos de Gênero. Mulheres. Política.

O cenário político brasileiro contemporâneo nos chama a atenção para notar quem, de fato, ocupa os espaços públicos nas tomadas de decisão do país, sendo facilmente observada a composição do Congresso pelas bancadas armamentista (segurança pública), ruralista (agropecuária) e evangélica, caracteristicamente conservadoras, o que pode representar em verdadeiros retrocessos – nas pautas – em conquistas como por exemplo a descriminalização do aborto em casos de estupro, que em 2017 o Congresso tentou dificultar tal acesso, quanto para as populações tradicionais e LGBT's. Neste trabalho, busca-se dialogar especificamente sobre os estereótipos de gênero que coloca o homem em evidência nos espaços de disputas políticas, relegando as mulheres aos espaços privados, fazendo-se notar a importância da representatividade e maior participação das mulheres na política brasileira. A metodologia utilizada foi à busca teórica e observação empírica e a análise dialética. A questão de gênero estereotipada no seio político brasileiro se valida através do discurso que se tem de que política é “coisa de homem” e que a participação das mulheres viria em contramão com os seus papéis realizados na esfera particular, com isso mantem-se ainda muitas na submissão e exclusão política. Como resistência, há o ativismo de movimentos feministas que encorajaram a conquista do direito ao voto, mais precisamente nas décadas de 1920 com as sufragistas, e entre 1960 e 1970 na luta em combate à ditadura militar e em busca da democracia no Brasil. A população brasileira, de acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2014, é composta por 203, 2 milhões de habitantes, sendo 98, 419 milhões são homens (48, 4%) e 104, 772 milhões são mulheres (51, 6%), ou seja, mais da metade do Brasil é mulher, e, no entanto, a participação das mulheres na vida pública do país e nas tomadas de decisão é mínima, correspondendo a um percentual de apenas a 11,3% no Congresso Brasileiro (2017), 16, 0% no Senado Federal e 10, 5% na Câmara dos Deputados. Há a ressalva de que essa desigualdade das mulheres em exercício público é pela falta de apoio material às candidaturas femininas, no seio dos partidos políticos, movido pelo machismo presente na sociedade brasileira fortemente patriarcal, com isso evidencia-se a não sustentação de falácias da falta de apoio das próprias mulheres durante a escolha no voto, sendo um olhar muito superficial. Surge em 1995 a criação das cotas eleitorais que prevê o mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo por partido e/ou coligação partidária, mas que somente em setembro de 2009 tornou-se obrigatória. Com os espaços de poder dominado por homens, torna-se difícil a asseguaração e construção de políticas públicas para as mulheres no que se refere a assuntos próprios do gênero feminino, pois, infelizmente, neste cenário não há compreensão e mínima sensibilidade de situações que atingem somente as mulheres. A participação política das mulheres nos espaços políticos/públicos trará maior contribuição para novos olhares sobre as relações de gênero, com direcionamentos de políticas públicas e direitos sociais visando o bem comum. As mulheres precisam se ocupar dos espaços de tomadas de decisão para garantir a efetivação em direitos sociais nos âmbitos reprodutivos e sexuais, com controle de seus corpos e de exercerem livremente sua sexualidade, mudança na divisão sexual do trabalho atualmente desigualdade na esfera salarial, por maiores condições de autonomia e de elaboração de políticas de prevenção às diversas formas de violência contra as mulheres, essas são algumas das políticas públicas que se fazem urgentes para garantia de vida e de dignidade para às mulheres.

BIBLIOGRAFIA: BELANÇON, Milena Cristina. *A Participação de Feministas na Burocracia Estatal*, 2018. FISCHER Isaura Rufino. *O Protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife, 2006. ARAÚJO, C. & BORGES, D. 2012. *O gênero, os elegíveis e os não-elegíveis: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010*. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. & JORDÃO, F. (orgs.). *As mulheres nas eleições de 2010*. Rio de Janeiro.

¹ Acadêmica do curso de Serviço Social CEULJI/ULBRA. E-mail: jessicateologia@hotmail.com.

² Mestre em Direito. Orientador do trabalho. Docente do curso de Direito do CEULJI/ULBRA. E-mail – gwb.dir@hotmail.com.